
REVISTA DE ARQUEOLOGIA

Volume 28 No. 2 2015

ARTIGO

ARQUEOLOGIA DE CONTRATO, MEGA-MINERAÇÃO E PATRIMONIALIZAÇÃO NA ARGENTINA

Ivana Carina Jofré*

RESUMO

Este artigo demonstra que as atividades da arqueologia de contrato voltadas para grandes projetos de mineração na Argentina estão articuladas com um discurso global sobre patrimônio que busca patrimonializar lugares de memória Indígena. No entanto, esses movimentos hegemônicos para a criação de um sentido do real - que posiciona a mineração como uma realidade inevitável e, até mesmo, desejada e as empresas de mineração como atores sensíveis e responsáveis - são confrontados pelas forças contra-hegemônicas, entre as quais são proeminentes as narrativas atuais de aboriginalidade.

Palavras-chave: Mega-mineração, patrimônio, lutas hegemônicas, lugares de memória, arqueologia de contrato.

ABSTRACT

This paper shows that contract archaeology activities geared to large mining projects in Argentina articulates with a global discourse on heritage that seeks to patrimonialize places of Indigenous memory. However, these hegemonic moves for the creation of a sense of the real — which positions mining as an unavoidable and even desired reality and mining corporations as sensitive and responsible actors — are confronted by counter-hegemonic forces, among which current narratives of aboriginality are prominent.

Key words: Mega-mining, heritage, hegemonic struggles, places of memory, contract archaeology.

* Centro de Estudios e Investigaciones en Antropología y Arqueología (CEIAA), Observatorio Ciudadano de Derechos Humanos San Juan, Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Tecnológicas (CONICET), Universidad Nacional de San Juan (UNSJ), Universidad Nacional de Catamarca (UNCa.), Universidad Nacional de la Rioja (UNLar), Catamarca, Argentina. E-mail: ivcajofr@gmail.com

Tú no puedes comprar al viento
Tú no puedes comprar al sol
Tú no puedes comprar la lluvia
Tú no puedes comprar el calor
Tú no puedes comprar las nubes
Tú no puedes comprar los colores
Tú no puedes comprar mi alegría
Tú no puedes comprar mis Dolores
Calle 13 – Latinoamérica

INTRODUÇÃO

Este artigo explora a relação entre patrimônio cultural e mega-mineração, mineração transnacional ou mineração em grande escala com o propósito de demonstrar de que maneira a integração da arqueologia de contrato neste processo, através de sua participação ativa na patrimonialização de lugares de memória e na sustentação de uma complexa rede de atores hegemônicos que contribuem para a institucionalização e naturalização de um modelo global neoextrativista de desenvolvimento (ALIMONDA, 2011). A produção arqueológica é um discurso científico-técnico com impacto social e cultural, posto a serviço da mega-mineração, uma formação discursiva biopolítica que envolve segurança, território e população (ANTONELLI, 2012). A partir destes antecedentes, meu trabalho aborda a intervenção cultural da mega-mineração em San Juan, no Centro-Oeste da cordilheira da República Argentina, província onde hoje operam 43 projetos de mineração em distintas fases de atuação. O estudo de caso está centrado no norte da Província de San Juan, no Departamento de Iglesia. Ali se situa os maiores projetos de extração de ouro e prata da região, o Projeto Veladero e o controverso Projeto Minero transnacional Pascua-Lama (Pascua do lado chileno, na Província de Huasco; Lama do lado argentino, na Província de San Juan), geridos pela transnacional canadense *Barrick Gold Corporation*.

PATRIMÔNIO, MINERAÇÃO E DIFERENÇA COLONIAL

Os conflitos econômicos, ecológicos e culturais fazem parte de uma dinâmica cuja história encontra um ponto de partida e imbricação na diferença colonial, da qual são inseparáveis (ESCOBAR, 2011). Os mitos da universalidade do pensamento europeu e de sua superioridade cultural seguem sendo vigentes, caracterizando o sistema mundial do colonialismo moderno no século XXI (DUSSEL, 1992; ESCOBAR, 2011). Os processos de patrimonialização arqueológica aos que assistem à arqueologia — como eficaz produtora de narrativas patrimonialistas — são levados a cabo no campo de lutas hegemônicas pela instauração de significados que constrói uma realidade sobre os pilares históricos da colonialidade-modernidade. A maneira como operam estas lutas hegemônicas responde a relações constitutivas entre

particularidades e universais (LACLAU, 2004). O compromisso colonial da universalidade do discurso hegemônico do patrimônio é um “lugar vazio erradicável”. Não é uma condição *a priori* ou uma lista dos particularismos compartilhados a ser unificados; paradoxalmente, é a ausência deste conteúdo compartilhado o que constitui a promessa de universalidade. Os processos de patrimonialização no contexto transnacional mega-mineiro não só se desenvolvem em lutas hegemônicas; também obedecem a conflitos de distribuição cultural, cuja raiz histórica se encontra no nascimento do colonialismo/colonialidade de fim do século XV. A estreita relação entre a mineração e a ordem cultural dominante, representada no patrimônio cultural, é clara e evidente. Enquanto o patrimônio é um produto da modernidade que envolve a invenção (ou intervenção) da tradição para a consolidação das comunidades imaginadas como novos Estados-nação, a mineração está ligada à emergência, constituição e avatares políticos do colonialismo/colonialidade, a outra face negada e obscura da ordem moderna (DUSSEL, 1992): “O desenvolvimento histórico da mineração moderna emerge, por sua vez, *como produto e como meio de produção* chave do sistema de relações de poder que conformam e caracterizam o mundo moderno” (MACHADO, 2011:141; destacado no original).

Mesmo que a colonialidade seja a supressão sistemática das culturas subordinadas (o encobrimento do outro por trás de modelos criados pela experiência moderno-colonial), também é condição de possibilidades em suas margens (COMAROFF & COMAROFF, 2013). Na formação de conhecimentos fronteiriços (MIGNOLO, 2003) existe o potencial de converter os lugares de articulação em projetos alternativos. Ali também é possível uma pluralidade de configurações socioculturais (ESCOBAR, 2011). Isto é o que representam os processos de contra-patrimonialização de lugares da memória indígena no contexto transnacional da mega-mineração.

PATRIMÔNIO CULTURAL E PROCESSOS DE PATRIMONIALIZAÇÃO

A noção de patrimônio cultural está ligada à universalização dos Estados-nação modernos (CANDAU, 2002) e à expansão do sistema capitalista; por isto o estudo de seus significados sociais e culturais não pode desconhecer o processo de crescimento das sociedades atuais, das novas configurações do Estado e do capital, dos modelos de desenvolvimento adotados e das histórias locais e regionais. O patrimônio cultural é um produto da modernidade que envolve a invenção (ou intervenção) da tradição (HOBSBAWM & RANGER, 2002). A “aparência do conceito de patrimônio é o resultado da reflexividade moderna que redefine ao passado como marco de sentido” (HERNÁNDEZ Í MARTÍ, 2010:629). A arqueologia também participa no estudo e análise crítica destes modos de produção cultural nos quais se consolidam projetos hegemônicos, constroem-se identidades e definem-se alteridades necessárias para a reprodução do sistema.

Para Candau (2002:89-90) “o patrimônio é o produto de um trabalho da memória que, com o correr do tempo e segundo critérios muito variáveis, seleciona elementos herdados do passado para incluí-los na categoria dos

objetos patrimoniais”; o patrimônio “funciona eficazmente como um aparato ideológico da memória”. Candau (2002) distingue entre patrimônio e patrimonialização¹, entendendo o segundo termo como um “ato de memória” que dá lugar ao primeiro. Através da invenção das tradições e da formação seletiva da memória, as sociedades modernas delimitam, física e simbolicamente, seus acervos culturais e estabelecem suas coordenadas de origem. Estas últimas servem de fundamento histórico às construções ideológicas do presente coletivo de um grupo étnico, região, província ou nação. As construções de patrimônios culturais significativos se atualizam no seio de lutas hegemônicas pelo sentido do passado e seus referentes e ocorrem em relação com a luta política presente e com os projetos de futuro dos coletivos sociais.

Em estudos anteriores argumentei que a patrimonialização arqueológica é um ato de memória, na qual estão envolvidos forças de lutas políticas, cuja finalidade é a produção de um patrimônio significativo para o Estado provincial e nacional, através dos quais determinados atores sociais buscam conservar memórias particulares de seu passado (JOFRÉ, 2011, 2013). Estou me referindo aos “processos de patrimonialização” como àquelas práticas e mecanismos institucionalizados através dos quais se levam a cabo estes atos de memória. No caso da província de San Juan, mantenho que a patrimonialização arqueológica não está em desacordo com a realidade mega-mineradora instalada pelos aparatos e dispositivos de controle estatal; neste sentido, a arqueologia de contrato é efeito, e não causa, desta reconfiguração neocolonial do território e da memória feita patrimônio no contexto transnacional. O patrimônio cultural (incluindo o patrimônio arqueológico) participa na formação e no fortalecimento da coesão coletiva de grupos, etnicidades e identidades nacionais, provinciais e regionais; ao fazer isto suprime outros símbolos e significados e exclui as diferenças, realocando-as e/ou reproduzindo-as em nome de determinados projetos nacionais e globais. A expansão do modelo neo-extrativista, representado pela mega-mineração em San Juan, oferece uma oportunidade para compreender de que maneira estes dispositivos de controle e disciplinamento cultural obedecem a padrões estratégicos, delineados pelos objetivos do capital financeiro global e dão forma a novas soberanias transnacionalizadas. Os processos de patrimonialização arqueológica são uma parte ativa desta engrenagem e têm correspondência com um reordenamento geral da produção cultural global, com seus discursos modernizantes e suas ferramentas de inserção no sistema mundial capitalista, através da produção de mercadorias negociáveis.

¹ PRATS (2005:18-19) sustentam que os processos de patrimonialização compreendem dois tipos de construções sociais ou formas de representação do patrimônio, distintas porém complementares. A primeira, a *sacralidade da externalidade cultural*, é “um mecanismo universal, intercultural, facilmente reconhecível, mediante o qual toda sociedade define um ideal cultural do mundo e da existência e de tudo aquilo que não cabe nele, ou o contradiz”. A segunda, a *ativação patrimonial*, depende do Estado, mas está determinada por negociações entre distintos atores da comunidade “na medida em que existe na sociedade uma prévia valorização hierarquizada de determinados elementos patrimoniais, fruto, normalmente, de processos identitário, não necessariamente espontâneos, porém que podem comportar um alto grau de espontaneidade e consenso prévio” (PRATS, 2005:20). A ativação patrimonial comporta um discurso; por isto é uma representação hegemônica do patrimônio, onde intervém a ciência e a tecnologia como epistemologias modernizantes.

MEGA-MINERAÇÃO NA ARGENTINA

A mega-mineração é um modelo de modernização, uma trajetória normativa de desenvolvimento do capitalismo flexível, apoiada nas indústrias extrativistas de minerais, alojadas nas reservas naturais das regiões periféricas às metrópoles do capitalismo. Este novo tipo de mineração é realizada mediante processos tecnológicos e químicos novos, diferentes dos utilizados previamente na mineração subterrânea tradicional, conhecida como mineração de galeria de acesso onde o metal encontra-se concentrado na forma de veios e é extraído mediante procedimentos manuais. Atualmente, os metais estão escassos no mundo e os reservatórios existentes contêm somente metais dispersos na rocha (grandes montes e montanhas), na forma de pequenas partículas que devem ser separadas do mineral que as contém (são chamados minerais de baixo teor). Para separar o ouro da rocha ou mineral, dinamita-se montanhas inteiras, reduzindo-as a pequenas rochas que logo são despejadas em uma sopa química para lixiviar (separar) o metal da rocha. Este processo químico denomina-se "lixiviação com cianeto". Estes novos projetos de mineração utilizam tecnologias de alto impacto ambiental, pois produzem uma forte depredação das paisagens exploradas; produzem abundantes passivos ambientais que contêm substâncias químicas altamente tóxicas e persistentes no entorno natural (cianeto, ácido sulfúrico, mercúrio) e gravemente danosas para a saúde humana, animal e vegetal; requerem enormes quantidades de água potável para dissolver ou separar (lixiviar em diques de cianeto a céu aberto), os metais contidos na rocha; e necessitam "energia elétrica" suficiente para pôr em funcionamento suas faraônicas obras de infraestrutura. Estes procedimentos foram proibidos em vários lugares do mundo, entre eles na República Checa (2000); em Nova Gales do Sul, na Austrália (2000); na Alemanha (2002); em alguns condados do Estado do Colorado, nos Estados Unidos; no Estado de Montana, no mesmo país (1998); e na Costa Rica (2002) (COLETIVO VOZES EM ALERTA, 2011).

A mega-mineração está destinada à extração de minerais para a produção de *commodities* (produtos primários) como ouro, cobre e prata. Na Argentina, especialmente na província de San Juan, os projetos de mega-mineração localizam-se na cordilheira andina a grandes alturas, sobre a linha dos glaciais, exatamente onde se originam os cursos de água doce que alimentam as bacias hidrográficas habitadas pelas comunidades humanas da região. A partir do alto impacto previsto por estes projetos, sobretudo um projeto da *Barrick Gold* no qual a empresa pretendia "realocar os glaciais" na linha de fronteira da cordilheira, teve-se que promulgar uma lei específica (combatida pelas empresas e boa parte do setor político) para a proteção de glaciais e ambientes periglaciais (Lei Nacional 26.639). Os movimentos sociais têm denunciado que estes megaprojetos de mineração utilizam quantidades extraordinárias de água doce e de energia que superam os limites de consumo das populações locais (SVAMPA & ANTONELLI, 2009; COLETIVO VOZES DE ALERTA, 2011). O alto consumo de água por parte destes projetos no Chile e na Argentina tem diminuído a disponibilidade de água para consumo humano e irrigação agrícola em vastas regiões de ambiente desértico e semidesértico nestes países; também

tem desestabilizado as economias sociais de base agrícola e pastora, o que levou em 2014 à “declaração oficial de emergência hídrica na província de San Juan”.

SAN JUAN: CAPITAL DA MINERAÇÃO ARGENTINA

Na última década, a província de San Juan reorientou seu Plano de Governo para um modelo neo-extrativista, promovido como “a segunda reconstrução de San Juan”. O Plano propôs levar a cabo a reconstrução do Estado Provincial, da produção e do trabalho, propiciando o desenvolvimento humano. Os pilares básicos da estratégia de crescimento são quatro orientações econômicas: a mineração, o complexo agroindustrial, o turismo e a saída para o Pacífico a partir da integração com o Chile. Isto significou um trabalho forte de construção de infraestrutura e políticas públicas orientadas por este plano estratégico de desenvolvimento, com a intervenção do setor científico e tecnológico.

Neste contexto político-econômico, a mineração atua através de distintos mecanismos socioculturais. Seu propósito é consolidar “a realidade mega-minera” como algo inerente à subjetividade da identidade provincial e converte-la em um elemento constitutivo da identidade estatal e cidadã, assegurando sua aceitação social e sua durabilidade como modelo de desenvolvimento econômico desejável. Os dispositivos e mecanismos comunicacionais controlados (direta e indiretamente) pelo Estado provincial durante esta última década estiveram voltados à tarefa de conseguir um efeito midiático multiplicador da mensagem política minera em todos os âmbitos da vida cotidiana da sociedade local e com abertura aos meios nacionais. A estratégia comunicacional implicou em um ambicioso trabalho discursivo, desde campanhas publicitárias milionárias na mídia impressa, no cinema e na televisão, passando pela criação de suplementos gráficos e programas de rádio e televisão especificamente dedicados à atividade, até o patrocínio de exposições museográficas, artísticas, teatrais e de muitos eventos culturais, sociais, econômicos, desportivos, recreativos e de saúde realizados em San Juan. Uma estratégia recente do governo foi a contratação de artistas (atores, apresentadores midiáticos, diretores de cinema e televisão e músicos) como porta-vozes autorizados para promover e multiplicar a mensagem minera da província de San Juan, com a desculpa de conseguir uma maior rentabilidade no setor turístico cultural local.

Mudança cultural promovida pela responsabilidade social empresarial e o papel das ONGs e das universidades no “novo diálogo mineiro”

Quase uma década depois da aparição das “leis de primeira geração” que marcam até hoje os benefícios outorgados pelo Estado às empresas transnacionais, estas últimas reforçaram sua linguagem comunicacional invocando o princípio jurídico de responsabilidade ante terceiros (compromisso do não dano) e seu compromisso filantrópico corporativo com as necessidades e desejos das comunidades sob exploração para “o bom governo” (ANTONELLI, 2009). O conceito propagandístico empresarial da mineração, difundido como Responsabilidade Social Empresarial (RSE), faz parte da

chamada “mudança cultural” proposta pelas empresas “para responder, proativamente, a mais que negativa reputação da indústria no mundo e à crescente conflitividade e resistência a esta exploração” (ANTONELLI, 2009:77). Isto resulta do relatório do projeto “Mineração, minerais e desenvolvimento sustentável” (MMDS) realizado pelo Instituto Internacional para o Ambiente e o Desenvolvimento e promovido pelo *Internacional Council on Minerals and Metals* (ICMM). No relatório a mega-mineração é reconhecida como uma atividade prejudicial para o meio ambiente e se propõe mudanças discursivas para se referir a estas desvantagens como “desafios” da atividade. A Argentina, através da Câmara Argentina de Empresários da Mineração (CAEM), aderiu a estas novas políticas de gestão mineira ao somar-se ao ICMM depois de sua criação em 2001. Para implementar estes novos projetos político-sociais estratégicos, a corporação mineira internacional recorreu a um conjunto de ONGs para fortalecer o modelo democrático requerido para a sustentabilidade da mineração. Nesta rede internacional de organizações convocadas encontra-se, por exemplo, o Grupo de Diálogo Latino-americano, com sedes de trabalho na Argentina, Brasil, Colômbia, Equador, Peru e Chile. Estas organizações contratadas (entre as quais também se incluem universidades nacionais e privadas, como a Universidade Nacional de San Martín e a Universidade Católica) operam através de projetos de pesquisa, fazendo estudos socio-antropológicos dos atores a integrar no novo diálogo mineiro, identificando e utilizando estrategicamente suas forças e debilidades como informação chave nesta nova “construção de consensos” que apelam aos discursos da diversidade multicultural e à interculturalidade como princípio prático facilitador das intervenções sócio-comunitárias da nova mineração. Este “diálogo” apropria os discursos dos direitos humanos a favor dos consensos legitimadores da mega-mineração e na ordem democrática vigente a nível global. Ficar fora do “diálogo mega-minerador” representa, então, um desacato à ordem democrática da sociedade de direito. Sobre esta base foram aprovadas algumas leis contrárias aos direitos cidadãos reconhecidos constitucionalmente na Argentina, entre eles a Lei Antiterrorista Argentina, sancionada em 2007 e modificada em 2011. Esta lei foi posta em vigência por recomendações do Grupo de Ação Financeira Internacional (GAFI) e utilizada pelo Estado-nação argentino e suas províncias como ferramenta jurídica para legalizar as repressões às reivindicações dos movimentos sociais e étnicos, mobilizados contra os projetos extrativistas/neocoloniais, contando até o presente com vários presos e mortos.

A nova política empresarial global de governo reconfigura o papel dos conhecimentos disciplinares das ciências humanas e sociais e oferece aos profissionais da antropologia, arqueologia, sociologia e ciências políticas novos lócus nas ONGs e nas universidades de onde podem oferecer sua assistência. Neste sentido, quero situar minhas interpretações do papel político que adquire a arqueologia de contrato envolvida nos processos de patrimonialização que acontecem no contexto mega-minerador na Argentina e na América do Sul.

PAPEL DA ARQUEOLOGIA DE CONTRATO NOS PROCESSOS DE PATRIMONIALIZAÇÃO ARQUEOLÓGICA NO CONTEXTO MEGA-MINERADOR TRANSNACIONAL: O CASO DE SAN JUAN

Os processos de patrimonialização arqueológica produzidos no contexto mega-minerador na Argentina foram configurados pelas condições político-econômicas descritas, mas, ao mesmo tempo e de maneira recorrente, também ajudaram a configurar novos cenários, não só no campo das contratações de profissionais arqueólogos/as e antropólogos/as; além disto, reordenaram o panorama administrativo patrimonial da gestão estatal e do papel das universidades como geradoras de conhecimento científico e tecnológico e contribuíram à criação de novos parâmetros e cânones de legitimação do modelo desenvolvimentista neo-extrativista para o aprofundamento da dinâmica de desapossamento e saque de territórios e vastas populações. Em San Juan, este cenário pode ser descrito da seguinte maneira:

a) Nos últimos dez anos tem ocorrido uma notável redução dos projetos de pesquisa arqueológica independentes, com um concomitante estancamento na produção científica arqueológica a nível local; isto condiz com os parâmetros históricos de isolamento acadêmico-científico que registra a província neste campo do conhecimento disciplinar desde a década de 1960.

b) Ao mesmo tempo, tem aumentado os Estudos de Impacto Arqueológico (EIA) em projetos mega-mineradores compostos por inventários arqueológicos e relatórios técnicos de tarefas de resgate sem solução de continuidade. Geralmente, tratam-se de trabalhos inéditos, usualmente com um marco teórico-metodológico de investigação que adota uma narrativa científica conservacionista e, aparentemente, despolitizada (JOFRÉ *et al.*, 2011). Os resultados dos relatórios estão construídos só em função dos interesses de pesquisa dos/as arqueólogos/as; este é o único parâmetro de interpretação que se empregam nestes estudos, excluindo as auto-narrativas das comunidades da área afetada, suas histórias locais e seus modos particulares de entender a história e produzir memórias.

c) Os EIA's são avaliados com padrões muito baixos de qualidade científica para favorecer processos de avaliação estatal flexíveis e favoráveis à liberação de áreas para a exploração mineradora.

d) É notável a formação e fortalecimento de pequenos grupos corporativos de investigadores/as arqueólogos/as (locais e majoritariamente externos), favorecidos por estas políticas de Estado e em razão de suas contratações com empresas privadas. Esta situação favorece as rivalidades e competições negativas no campo de trabalho científico, cada vez mais voltado à profissionalização das arqueologias funcionais aos modelos de desenvolvimento vigentes. Na província de San Juan, a arqueologia de contrato associada aos projetos mega-mineradores somente emprega os profissionais da arqueologia que, ideologicamente, posicionam-se como “opositores aos processos de re-emergência indígena” e aos “movimentos sociais ecológicos anti-mineradores”. Dado que na província há muito poucos arqueólogos e/ou antropólogos — de título ou profissão — é cada vez mais comum a contratação de profissionais

externos, recomendados pelas empresas consultoras ou pelas próprias empresas mineradoras. Por este motivo, os EIA's realizados para projetos mega-mineradores em San Juan avaliam e promovem teorias antropológicas-arqueológicas de descontinuidade étnica e extinção aborígine, outrora a serviço da política de extermínio indígena operada pelo Estado-nação durante finais do século XIX e começos do século XX. Atualmente, estas narrativas científicas são espaços retóricos fundamentais para legitimar os novos modos de expropriação que representa o modelo neo-extrativista mega-minerador.

e) Como derivado da forçada ausência de projetos e pesquisas arqueológicas independentes, ou não, ligadas à arqueologia de contrato, existe um notável crescimento da *ficção protecionista* que coloca as empresas mega-mineradoras no papel de mecenas que protegem o patrimônio arqueológico local (JOFRÉ, BIASATTI & GONZÁLEZ, 2010; JOFRÉ, GALIMBERTI & BIASATTI, 2010). Os meios de comunicação propagam notícias que vinculam as empresas e o Estado provincial às práticas de ativação patrimonial, em lugares de memória dentro e fora das zonas afetadas pela mineração ou por meio de atividades de formação, conveniadas com instituições educativas locais. Isto faz parte do programa provincial de “desenvolvimento sustentável” que apresenta à “mineração como atividade sustentável” e às “empresas como socialmente responsáveis”.

f) As situações anteriores são efeitos, sobretudo, da auto-exclusão do Estado de seu papel protetor do patrimônio provincial (imposto através de seu aparato jurídico, a Lei 6.801). O Estado provincial delega às empresas a responsabilidade sobre os custos econômicos das ativações patrimoniais de lugares de memória e das medidas de conservação implicadas; assim, as empresas ocupam o lugar do Estado meta-regulador (DE SOUZA, 2010) que controla e regula as intervenções patrimoniais do setor privado. Um exemplo é o *Manual de Patrimônio Cultural*, voltado ao ensino fundamental e médio, publicado em 2011 pela Direção do Patrimônio Cultural da província de San Juan. Este manual do “patrimônio de San Juan” foi financiado pela empresa *Barrick Gold*, a pedido do organismo do Estado, e expõe os significados construídos nestes processos de patrimonialização, informados pelos objetivos e práticas (Responsabilidade Social Empresarial) do capital transnacional minerador.

g) Acontece uma flagrante *privatização mineradora* dos lugares de memória patrimonializados através dos inventários e intervenções realizadas pelos EIA's em projetos de mega-mineração. Os lugares de memória, convertidos em sítios arqueológicos através da narrativa científica arqueológica oferecida por estes relatórios, ingressam na lista de bens patrimoniais móveis e imóveis do Estado; não obstante, o acesso físico a estes não é de ordem pública e está restrito somente aos empregados das empresas. As autorizações para visitar estes lugares interditados devem ser feitas por meio de contatos com as empresas ou com o governo provincial. Esta “privatização mineradora” dos lugares de memória (convertidos em patrimônio cultural provincial e nacional) responde ao fato de que se encontram dentro de empreendimentos mineiros que foram cedidos em arrendamento por anos ou décadas pelo Estado a estas empresas

(segundo o Código de Mineração) e porque, em alguns casos, como acontece nos projetos favorecidos pelo Pacto Minerador Binacional entre Chile e Argentina, os Estados concederam à soberania destes territórios nacionais em altas altitudes da Cordilheira às empresas de mineração transnacionais. Do lado argentino, os projetos Pascua-Lama e El Pachón, operados pela *Barrick Gold Corporation* e *Glencore Xtrata Copper*, respectivamente, têm plena soberania territorial sobre as áreas que exploram².

h) Apesar das empresas mineradoras e o Estado empenharem-se em observar sua política de transparência na comunicação de suas atividades, o acesso aos relatórios elaborados pelos profissionais contratados para a elaboração dos EIA's fica limitado a um restrito circuito burocrático; ocasionalmente, o acesso a esta informação é negado por se considerar confidencial e privativa das empresas. Os relatórios de EIA's apresentados pelas empresas mega-mineradoras são publicados no *website* do Ministério de Minas de San Juan, assim como as resoluções de aprovação das Declarações de Impacto Ambiental (DIA); os estudos arqueológicos podem integrar estes relatórios publicados, porém de maneira editada. Os relatórios completos, apresentados pelas empresas consultoras contratadas pelas empresas mega-mineradoras, não são publicados e não são acessíveis. As solicitações destes relatórios nas administrações de controle estatal provincial usualmente ficam empilhadas em caixas e raras vezes são respondidas. As cláusulas de confidencialidade contrariam as legislações provinciais e nacionais que declaram o patrimônio arqueológico como bem de interesse comum (cf. JOFRÉ, GALIMBERTI & BIASATTI, 2010).

j) Na Província de San Juan não são seguidas as declarações internacionais de Direitos Humanos para os Povos Originários, ratificadas pela Argentina e que estabelecem o respeito às diversidades culturais e a consulta prévia, livre e informada como condição necessária antes da execução destes projetos. Os mecanismos de consulta às comunidades locais, indígenas ou não indígenas, só são realizados no início dos projetos e em nenhum caso cumprem os requisitos que estabelecem o caráter *prévio, livre e informado* (cf. CLAPS, 2011). Os EIA's na província garantem esta situação, posto que não levam em conta e negam, as objetivações nativas, os lugares de memória indígena e as paisagens culturais ativamente presentes nas construções das subjetividades locais, em torno das quais convivem visões de mundo diferentes das construções modernas, próprias do aparato científico-técnico despregado para seu estudo e análise.

h) Os relatórios de EIA's alimentam a ilusão de que é possível controlar e supervisionar os impactos ambientais e socioculturais destas monstruosas obras extrativas na Cordilheira (COLETIVO VOZES EM ALERTA, 2011; JOFRÉ, GALIMBERTI & BIASATTI, 2010). Alimentam a fantasia de que os estudos científicos e o controle estatal sobre estas obras em grande escala, em suas distintas fases (construção, exploração e fechamento da mina), estão orientados para cuidar os interesses da cidadania e não os das empresas que, com frequência, para não dizer sempre, coincidem com os interesses estatais já que o

² <http://www.conflictosmineros.net/contenidos/9/7236>.

objetivo generalizado dos atuais governos na América do Sul é adotar um modelo de desenvolvimento neo-extrativista e converter as economias locais a medida e ao desejo da economia global do capital financeiro. A ciência e a tecnologia estão ao serviço deste novo projeto de modernização neocolonial, como demonstra o papel desempenhado pelas universidades nacionais e privadas e as agências de promoção científica e tecnológica, através das discussões suscitadas, por exemplo, pela aceitação dos fundos mineiros de YMAD³ divididos pelas universidades nacionais.

Neste contexto sócio-político, o papel das arqueologias de contrato (dentro ou fora das universidades) na Argentina não pode ser outro que o de liberar as áreas de interesse para a exploração. As empresas e as políticas de Estado não deixam margem para outra possibilidade. As contratações que o Estado Nação e as universidades podem fazer seguem a mesma lógica de interesse a favor das empresas (segundo a qual, deve-se “facilitar” todos os meios para que invistam capital em nosso país); o trabalho arqueológico fica reduzido a um “trabalho de resgate apressado e sob extrema pressão política”. Na melhor das hipóteses, uma intervenção arqueológica poderá evitar, por pouco tempo, a destruição de sítios e lugares, atenuando impactos irremediáveis na medida de suas possibilidades físicas, metodológicas e políticas; em qualquer destas possibilidades, no entanto, contribuem com o modelo de desenvolvimento neo-extrativista, oferecendo-lhe as narrativas científicas necessárias para o refinamento de seus projetos de intervenção cultural. O arqueólogo/a é contratado para favorecer os projetos mega-mineradores para que possam obter as aprovações ambientais necessárias e desenvolver seus planos de obras de acordo com uma agenda geralmente contrária à conservação arqueológica patrimonial. Os restos arqueológicos encontrados em um lugar sujeito as obras são um contratempo indesejável para as empresas e para o Estado, seu sócio. É comum que os diretores de obras e projetos tomem decisões sem consultar os especialistas ou que estes sejam contrariados pelos imperativos das obras. Em San Juan é frequente que os EIA's sejam realizados quando as obras já estão em andamento, o que agrega mais pressão às responsabilidades assumidas pelos profissionais contratados e evidencia a flexibilidade da regulamentação vigente (JOFRÉ, GALIMBERTI & BIASATTI, 2010).

Narrativas de aboriginalidade nas comunidades do norte de San Juan: Pedidos de restituição do Jovem da *Capacocha* do Cerro El Toro

As narrativas de aboriginalidade são produções discursivas identificadas com construções de etnicidade que, em geral, impugnam a territorialidade e legitimidade dos Estados Nação, seus modelos de inclusão e homogeneização cultural e suas representações de identidade (BRIONES, 2005; ESCOBAR, 2007). A aboriginalidade, talvez mais que outras formas de etnicidade, transforma-se em função das mudanças que ocorrem nas comunidades nacionais imaginadas ou nos preceitos do nacionalismo e das interpelações

³ Yacimientos Mineros de Agua de Dionisio (YMAD), explorados desde 1994 pela Mineradora La Alumbreira, um projeto extrativo do qual participam várias multinacionais.

estatais (ESCOBAR, 2007). No caso das comunidades do norte de San Juan, no Departamento Iglesia, a produção e circulação de narrativas de aboriginalidade discorrem em uma complexa rede de relações sociais e políticas, por fora e por dentro de comunidades auto-identificadas ou marcadas por outros como indígenas, e nem sempre compreendem o pedido expresso de “revisibilização” aborígene da população. As narrativas de aboriginalidade produzidas por estas comunidades não respondem, necessariamente, à interpelação das políticas públicas atuais da diversidade cultural, embora agenciem os sentidos e símbolos de aboriginalidade do “território”, dos “lugares de memória” que conformam esse território como espaço onde o coletivo comunitário pode ter outra articulação possível na convergência de interesses pela “defesa do local” manifestada por diferentes setores, brancos e “não brancos”⁴, que conformam a pluralidade da população atual. No norte de San Juan alguns “lugares de memória” funcionam como localizações significativas da memória coletiva atualizada em narrativas de aboriginalidade que colocam a continuidade do indígena no presente, disputando os significados e referentes da patrimonialização arqueológica.

Em 1964, montanhistas, jornalistas e arqueólogos exumaram o corpo congelado de um jovem de uns vinte e dois anos, ofertado no ritual incaico da “Capacocha”⁵ em uma das montanhas mais altas da zona da Cordilheira, Cerro El Toro ou San Crispín (ao sopé dos banhos termais de Chollay, de mais de 6.400 metros de altura, no extremo noroeste do Departamento Iglesia). Foi um evento sem precedentes que conseguiu instalar um dos imaginários científicos mais poderosos do discurso político provincial, o do “índio morto, convertido em patrimônio do Estado” (JOFRÉ *et al.*, 2011; JOFRÉ, 2012, 2013).

No início de 2000, interpelados pelas demandas do povo Warpe, produzidas em um contexto de reivindicações étnicas, alunos e docentes de uma escola rural na localidade de Malimán, ao norte do Departamento Iglesia, enviaram uma carta ao governador da província, produto de um trabalho de pesquisa escolar sobre a temática (JOFRÉ *et al.*, 2011; JOFRÉ, 2013). Os alunos e professores da escola de Malimán escolheram narrar a memória coletiva desde um ponto de vista dialógico para exigir “a restituição do corpo do jovem”⁶ ao seu lugar de origem, pedido que fizeram extensivo a “todas a culturas e múmias do Departamento Iglesia”. Os alunos recriaram no texto um diálogo imaginário com “a múmia” que jazia na geladeira do museu em Rawson; também levaram a cabo sua teatralização numa transmissão de rádio de um programa emitido localmente. Esse diálogo significativo expressa o processo de contra-patrimonialização ativado na devolução de uma identidade ao sujeito museificado (coisificado). O pedido de regresso a seu lugar de sepultamento

⁴ Emprego o termo fazendo alusão à definição de Segato (2007) do corpo “não branco” como aquele que possui a marca do índio ou do negro, uma marca de desapossamento, a marca de sua subordinação.

⁵ A *Capacocha* era um dos rituais públicos incaicos mais importantes. Nele participavam os súditos das quatro partes do império para dar oferendas às *huacas*. Num dado momento da história do Tawantisuyu, as *Capacochas* passaram a incorporar sacrifícios humanos.

⁶ Ver o documentário *Hijos de la montaña*, dirigido pelo sanjuanino Mario Bretazo, com assessoria e assistência de direção do Coletivo de Arqueologia Cayana (JOFRÉ *et al.*, 2011). https://www.youtube.com/watch?v=_44PhWHN9RQ.

ritual, no Cerro El Toro (hoje dentro do empreendimento mineiro concedido a *Barrick Gold*), busca estabelecer um nexo de coabitação e co-presença em um mesmo tempo-espaço entre as crianças e o jovem mumificado, uma condição que permite reconhecer este processo como uma narrativa pós-abismal (DE SOUZA, 2010). O diálogo é o espaço contemporâneo no qual transcorre o encontro, na medida em que os sujeitos pronunciam o mundo transformando-o (FREIRE, 2002) e dissipam a alteridade na qual se fundamenta a patrimonialização do corpo do índio. A espacialização da memória, sua territorialização efetuada na constituição dos lugares da memória, habilita um espaço-tempo de convergência contemporânea das identidades do presente e do passado. Ali, as práticas e os agentes se identificam com um território comum.

A partir de 2006 os docentes e alunos da escola realizaram com o *Coletivo de Arqueologia Cayana* distintas atividades orientadas a fortalecer este pedido no âmbito social local, nacional e internacional⁷. A demanda pela restituição do jovem do Cerro El Toro foi incluída em um dos oito pontos da petição apresentada pela Comunidade Indígena Warpe do Território do Cuyum, em colaboração e com o aval de arqueólogos/as e organizações sociais e indígenas, à Universidade Nacional de San Juan (JOFRÉ, 2012, 2014a, 2014b). A petição solicita a aplicação da Lei Nacional 25.517, recentemente regulamentada, que protege e regula o direito dos Povos Originários a demandar a restituição de corpos humanos considerados como antepassados e ancestrais. Este documento baseia-se sobre uma demanda pela restituição dos corpos ao território, evitando a possibilidade de que o Estado, através da ciência, execute estas restituições de corpos humanos como uma maneira velada de intercambiar “corpos por territórios”. A comunidade Warpe afirma assim que, desde a cosmo visão originária, o território entende uma visão abrangente da terra e dos seres que nela habitam: “Somos território, o território é tudo, o território é nossa vida”.

Em muitas de nossas conversas, os habitantes de Malimán e Colanguil contaram a história de expropriação, dominação e injustiça dos povos indígenas no presente; a partir destas narrativas identificaram-se com a marca de subordinação destes corpos. Eles também me interpelaram como “alguém com saber e, portanto, com poder” para interceder frente quem tem o poder de mudar as condições materiais de existência de suas comunidades, presumidamente destinadas a desaparecer. Nesta contra-patrimonialização dos lugares de memória, estes povos resistem a desaparecer, a ser outro monumento arqueológico de descontinuidade. Em seu pronunciamento estão produzindo memórias de insubordinação. Estes lugares de memória indígena, lugares “dominados” (NORA, 1984), expropriados/apropriados como mercadorias para a exploração minera, estão tornando-se insubordinados, ou seja, estão se construindo como memórias localizadas de insubordinação e neste ato performativo estão agenciando territórios.

⁷ A petição pela restituição do corpo do jovem do Cerro El Toro foi avaliado pelo voto majoritário dos arqueólogos e antropólogos convocados na Plenária da *IV Reunión de Teoría Arqueológica de América del Sur* em 2007, em Catamarca. Um ano depois, este apoio foi ratificado na Plenária do *IV Congreso Mundial de Arqueología*, celebrado em Dublin, Irlanda.

Como corolário destas memórias de insubordinação produzidas pelas narrativas de aboriginalidade, em 2011 as Comunidades Diaguitas do vale do Huasco, no Chile, apresentaram uma denúncia à Comissão Interamericana de Direitos Humanos contra o Projeto Pascua-Lama da Empresa *Barrick Gold* por graves danos ambientais em territórios indígenas ancestrais, entre os quais se incluíam a contaminação dos glaciais (Toro 1, Toro 2 e Esperanza), dos cursos de água e dos lugares de memória considerados sagrados. Entre estes lugares reconhecidos pelas comunidades Diaguitas como sítios sagrados, encontra-se o santuário do Cerro El Toro (YAÑEZ & MOLINA, 2012). Em 2012, a Corte de Copiapó acolheu a demanda apresentada por cinco Comunidades Diaguitas contra este projeto mega-minerador, fato que derivou a princípios de 2013 em uma ordem judicial de paralisação total das obras de construção do Projeto Pascua-Lama do lado chileno. Este fato também afetou o projeto do lado argentino (no Departamento Iglesia), até a atualidade.

Estes fatos significaram um forte revés nos investimentos da empresa mineradora transnacional na região e expuseram publicamente — pela primeira vez de maneira massiva — a contaminação e os atropelos destes projetos; também demonstraram a força potencial de contrapeso que representam as comunidades e organizações indígenas da região. Por isto, as empresas mineradoras empreenderam um forte trabalho de reconversão e apropriação destas comunidades e de seus líderes e referentes para conseguir a licença social para seus empreendimentos, sem prescindir, obviamente, da ajuda de advogados e antropólogos. Do lado argentino, na província de San Juan, a paralisação das obras do megaprojeto minerador Pascua-Lama, originado por ordem judicial da Corte de Copiapó no Chile, somado desaceleração financeira da *Barrick Gold* nos últimos anos devido à má gestão interna da empresa e a baixa do ouro na bolsa internacional de valores, significou a dispensa de mais de 2000 trabalhadores, contratados direta ou indiretamente pela empresa, e a desestabilização político-social de uma economia “re-primarizada”, altamente dependente do mercado financeiro global. Hoje a “realidade mega-mineradora” deixa ver os fios por trás da marionete e as promessas do ouro se desvanecem entre as fantasias do desenvolvimento moderno extrativista.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho realizou-se no marco do Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento (2012-2015) Territórios em disputa: processos de patrimonialização e contra-patrimonialização de lugares de memória indígena no Norte de San Juan, Código 02/H264, coordenado pela autora e financiado e avaliado pela Secretaria de Ciência e Técnica da Universidade Nacional de Catamarca; também dentro do Projeto de Bolsa de Investigação Pós-doutoral (2013-2015) Processos de patrimonialização e contra-patrimonialização de lugares de memória indígena em projetos mega-mineradores transnacionais do norte de San Juan, desenvolvido pela autora com ajuda do Conselho Nacional de Investigações Científicas e Técnicas (CONICET) da Argentina.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALIMONDA, H., 2011. La colonialidad de la naturaleza. Una aproximación a la ecología política latinoamericana. In: *La naturaleza colonizada. Ecología política y minería en América Latina*, editado por Héctor Alimonda, pp 21-58. CLACSO, Buenos Aires.
- ANTONELLI, M., 2009. Minería transnacional y dispositivos de intervención en la cultura. La gestión del paradigma hegemónico de la "minería responsable y desarrollo sustentable". In: *Minería transnacional, narrativas del desarrollo y resistencias sociales*, editado por Maristella Svampa e Mirta Antonelli, pp 51-101. Biblos, Buenos Aires.
- BRIONES, C., 2005. Formaciones de alteridad contextos globales, procesos nacionales y provinciales. In: *Cartografías argentinas. Políticas indigenistas y formaciones provinciales de alteridad*, editado por Claudia Briones, pp. 11-43. Antropofagia, Buenos Aires.
- CANDAU, J., 2002. Antropología de la memoria. Nueva Visión, Buenos Aires.
- CLAPS, L., 2011. Información, participación y mineras transnacionales en la meseta: una oportunidad perdida. In: *El regreso de los muertos y las promesas del oro: patrimonio arqueológico en conflicto*, editado por Carina Jofré, pp 195-205. Encuentro-Editorial Brujas, Córdoba.
- COLETIVO VOZES DE ALERTA, 2011. *15 mitos y realidades de la minería transnacional en la Argentina. Guía para desmontar el imaginario prominero*, elaborado por Horacio Machado, Maristella Svampa, Enrique Viale, Marcelo Giraud, Lucrecia Wagner, Mirta Antonelli, Norma Giarraca y Miguel Teubal, con aportes de Javier Rodríguez Pardo e Darío Aranda. Colección Cascotazos. Editorial El Colectivo, Herramienta ediciones.
- COMAROFF, J.; COMAROFF, J., 2013. *Teoría desde el sur. O cómo los países centrales evolucionan hacia África*. Siglo XXI, Buenos Aires.
- DE SOUSA SANTOS, B., 1998. *La globalización del derecho. Los nuevos caminos de la regulación y la emancipación*. Universidad Nacional-IILSA, Bogotá.
- DE SOUSA SANTOS, B., 2010. *Para descolonizar Occidente. Más allá del pensamiento abismal*. CLACSO-Prometeo, Buenos Aires.
- DUSSEL, E. 1992. *1492. El encubrimiento del otro*. Antropos, Bogotá.
- ESCOBAR, A., 2011. Ecología política de la globalización y la diferencia. In: *La naturaleza colonizada. Ecología política y minería en América Latina*, editado por Héctor Alimonda, pp 61-92, CLACSO, Buenos Aires.
- ESCOLAR, D., 2007. *Los dones étnicos de la nación. Identidades huarpes y modos de producción de soberanía en Argentina*. Prometeo, Buenos Aires.
- FABIAN, J., 1983. *Time and the other. How anthropology makes Its object*. Columbia University Press, Nueva York.
- FREIRE, P., 2002. *Pedagogía del oprimido*. Siglo XXI, Buenos Aires.
- HERNÁNDEZ Í MARTÍ, G.-M., 2010. La memoria oscura. El patrimonio cultural y su sombra. In: *VI Congreso Internacional "Restaurar la memoria": La gestión del patrimonio: hacia un planteamiento sostenible*, Tomo 2, editado por Javier Rivera, pp 629-637. Junta de Castilla-León, Valladolid.
- HOBSBAWM, E.; RANGER, T (eds.). 2002. *La invención de la tradición*. Crítica, Barcelona.
- JOFRÉ, I. C.; BIASATTI, S.; GONZÁLEZ, G., 2010. Los fantasmas capitalistas de una arqueología de los muertos y desaparecidos. In: *El regreso de los muertos y las promesas del oro: Patrimonio arqueológico en conflicto*, editado por Carina Jofré, pp 169-193. Encuentro-Editorial Brujas, Córdoba.

- JOFRÉ, I. C.; GALIMBERTI, S.; BIASATTI, S., 2010. Contra-informe de los estudios y evaluaciones de impactos arqueológicos de proyectos mega-mineros ubicados en el departamento Iglesia, provincia de San Juan, República Argentina. In: *El regreso de los muertos y las promesas del oro: Patrimonio arqueológico en conflicto*, editado por Carina Jofré, pp 207-241. Encuentro-Editorial Brujas, Córdoba.
- JOFRÉ, I. C.; BIASATTI S.; GUIRADO, M. B.; LLOVERA, S.; ROSIGNOLI, B., 2011. Proyecto documental "Hijos de la montaña". Comunicación presentada no *X Congreso Argentino de Antropología Social*, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires.
- JOFRÉ, I. C., 2011. Proyecto de beca posdoctoral (2013-2015): "*Procesos de patrimonialización y contra-patrimonialización de lugares de memoria indígena en proyectos mega-mineros transnacionales del Norte de San*".
- JOFRÉ, I. C., 2012. Territorios y cuerpos en disputa: reclamos por la restitución y respeto de los cuerpos de nuestros ancestros. Comunicación presentada no *VI Encuentro de Investigadores en Ciencias Sociales. Democracia y Desarrollo en América Latina*. Debates y desafíos del siglo XXI. Universidad Nacional de San Juan, San Juan.
- JOFRÉ, I. C., 2013. *Los pájaros nocturnos de la historia. Una arqueología indígena de las sociedades capayanas del norte de la provincia de San Juan*. Tese de doutorado, Universidad Nacional de Catamarca, Catamarca.
- JOFRÉ, I. C 2014a. Social movements and archaeology. In: *Encyclopedia of global archaeology*, editado por Claire Smith, pp 6753-6761. Springer, Nueva York.
- JOFRÉ, I. C., 2014b. The mark of the Indian still inhabits our body. In: *After ethics: ancestral voices and postdisciplinary worlds in archaeology*, editado por Nick Shepherd e Alejandro Haber, pp 55-78. Springer, Nueva York.
- LACLAU, E., 2004. Identidad y hegemonía: el rol de la universalidad en la constitución de lógicas políticas. In: *Contingencia, hegemonía, universalidad. Diálogos contemporáneos en la izquierda*, editado por Judith Butler, Ernesto Laclau e Slavoj Žižek, pp 49-93. Fondo de Cultura Económica, Buenos Aires.
- MACHADO, H., 2011. El auge de la minería transnacional en América Latina. De la ecología política del neoliberalismo a la anatomía política del colonialismo. In: *La naturaleza colonizada. Ecología política y minería en América Latina*, editado por Héctor Alimonda, pp 135-179. CLACSO, Buenos Aires.
- MIGNOLO, W., 2003. *Historias locales, diseños globales. Colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo*. Akal, Madrid.
- NORA, P. 1984. Les lieux de mémoire I. *La République*. Gallimard, París.
- PRATS, L., 1997. *Antropología y patrimonio*. Ariel. Madrid.
- PRATS, L., 2005. Concepto y gestión del patrimonio local. *Cuadernos de Antropología Social* 21:17-35.
- SEGATO, R. L., 2007. *La nación y sus otros*. Raza, etnicidad y diversidad religiosa en tiempos de políticas de la identidad. Prometeo, Buenos Aires.
- SVAMPA, M.; ANTONELLI, M., 2009. Hacia una discusión de la megaminería a cielo abierto. In *Minería transnacional, narrativas del desarrollo y resistencias sociales*, editado por Maristella Svampa y Mirta Antonelli. Pp 15-27. Biblos, Buenos Aires.
- SVAMPA, M.; BOTTARO, L.; SOLA, M., 2009. La problemática de minería metalífera a cielo abierto: modelo de desarrollo, territorio y discursos dominantes. In: *Minería transnacional, narrativas del desarrollo y resistencias sociales*, editado por Maristella Svampa e Mirta Antonelli, pp 29-50. Biblos, Buenos Aires.
- TROUILLOT, M., 1995. *Silencing the past: power and the production of history*. Beacon Press, Boston.
- YAÑEZ, N.; MOLINA, R. 2012. *La gran minería y los derechos indígenas en el norte de Chile*. LOM, Santiago.